

Regina Oshiro é professora de História do ensino médio da rede estadual de ensino. Na entrevista a seguir, ela comenta a recente proposta de mudança de matriz curricular para o ensino médio, publicada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas no mês passado.

O documento propõe principalmente uma distribuição equilibrada da carga horária entre as áreas do conhecimento, e a concentração por área no 3º ano. Durante o mês de outubro, estaria previsto pela Secretaria Estadual de Educação um amplo debate sobre tais mudanças.

Observatório da Educação – Como a sra avalia as mudanças da grade horária na matriz curricular proposta pela secretaria estadual?

Regina Oshiro – Essa proposta contém várias versões de matrizes, a novidade é os alunos poderem escolher uma matriz com ênfase em uma das três áreas do conhecimento: Códigos e Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática e Humanas. O processo de escolha não está claro no documento. Exemplo: supondo que em uma escola haja uma quantidade de alunos que escolha uma determinada área e não for suficiente para formar uma turma de acordo com a legislação, esses terão que buscar outra escola ou poderemos formar turmas com qualquer quantidade de alunos?

O interessante é que há um equilíbrio maior na carga horária das disciplinas e a maioria das disciplinas conta com no mínimo duas aulas por semana. A proposta aponta a necessidade de limitar o número de alunos por turma em 30. Para tanto a SEE irá construir novas salas e escolas?

Observatório – Essa proposta melhora o ensino médio?

Regina – Há tempo vejo a necessidade de um debate sobre currículo de forma mais ampla. Da forma como o documento chegou até nós professores, é difícil nas escolas a discussão não girar em torno de quantas aulas entram e saem da grade curricular, se perde de vista que concepção de educação está em pauta e se essa concepção atende às necessidades do público que frequenta atualmente a escola pública.

Observatório –O que acontece, nessa proposta, com as disciplina de apoio curricular, o DAC, nessa nova matriz?

Regina – Elas não terão lugar nessa proposta. A novidade é a introdução de Orientação de Estudos com uma aula, atribuída preferencialmente a professores de Filosofia e Pedagogia. Penso que todos os professores têm responsabilidade sobre esse aspecto.

Observatório – Acha que aponta para alguma direção essa mudança?

Regina – Não creio que essa medida vá alterar de forma significativa o quadro das escolas, as

precárias condições de trabalho continuam. Por exemplo, a SEE-SP, nas negociações sobre o Plano de Carreira não tem apontado que implantarão a Lei 11.738/08 [Lei do Piso] que estabelece a jornada de 1/3 fora da sala de aula. A secretaria tem alegado que não há número suficiente de professores formados, com exceção de professores de Fundamental I. As duas horas de HTPC são insuficientes para um trabalho interdisciplinar. Se essas condições não forem alteradas continuaremos com dificuldades em realizarmos um trabalho mais integrado. Quais as alterações em relação à grade atual? Introdução de Espanhol e até redução de Inglês, uma nova disciplina Orientação de Estudos e a questão da ênfase em uma área no 3º ano.

Observatório – Como isso se articula com as outras políticas educacionais do governo?

Regina – A nova gestão da secretaria veio com um discurso de maior diálogo com a categoria, no entanto, publicou uma resolução que divide as férias docentes em dois momentos, em janeiro e julho e ainda justificaram, de forma absurda, que essa medida foi pedida nos vários polos onde o secretário foi dialogar com os profissionais da educação.

Observatório – Está havendo debate nas escolas? Como está sendo na sua escola?

Regina – O debate varia muito de escola para escola e região. Quando tomei contato com a proposta, na escola que leciono não havia informações, uma professora soube através de uma amiga que trabalha na região sul. Na última reunião de representantes de escola da Apeoesp foi possível perceber que há escolas onde o documento sequer chegou a ser trabalhado, em outras foi disponibilizado apenas parte dele e com maior raridade o documento na íntegra. A questão é que há muitas dúvidas que não conseguem ser respondidas por quem repassou as orientações na Diretoria de Ensino. A sensação da maioria dos professores é que há uma cortina de fumaça e que as decisões já estão tomadas, é apenas um faz-de-conta que o processo é democrático, infelizmente. Não tivemos tempo hábil para levar e debater essas informações com alunos e pais, ainda. Há uma preocupação de que forma esse debate será organizado junto à comunidade escolar, a mídia já tem explorado o assunto, de forma não esclarecedora, como quase sempre.

Observatório – Há um prazo para vocês darem o parecer?

Regina – O prazo para a escola é até 17/10. Detalhe: o documento começou a ser discutido em 3 de outubro na escola em que leciono. O tempo e espaço são insuficientes para um debate de maior qualidade.